

# opinião

Editor: Roberto Brenol Andrade  
opiniao@jornaldocomercio.com.br

## / PALAVRA DO LEITOR

### Térmica de Rio Grande

Lastimável que, por um detalhe secundário e baseado num regimento interno, a Aneel haja negado permissão ao grupo espanhol para assumir e concretizar o projeto da construção da central de gás e da usina termelétrica (**Jornal do Comércio**, página 5, edição de 26/04/2022). Seria uma alavanca vital para a Zona Sul e todo o Estado, bem como para o Brasil, carente de energia elétrica. Os tão necessários empregos que geraria foram também ignorados. Vamos unir-nos. Quem sabe Bolsonaro edita uma Medida Provisória? (*Adelino Soares, advogado*)

### Compra do Twitter

Lendo e relendo, ainda assim fica difícil de se acreditar no valor pelo qual o bilionário Elon Musk comprou a rede social Twitter por US\$ 44 bilhões (**Jornal do Comércio**, edição de 26/04/2022). Para se ter uma ideia clara sobre a quantia paga, basta multiplicar por 4,5 reais, que é quanto está valendo, em média, um dólar. É uma soma fabulosa. O homem tem dinheiro demais. Pelo jeito, nem sabe o que fazer com ele. (*João Emílio Veras, Porto Alegre*)

### Transporte coletivo

Não aumentar a tarifa dos ônibus em Porto Alegre foi uma ótima ideia do prefeito Sebastião Melo. Mas, com isso, espera-se que as empresas também ampliem e mantenham frotas que atendam mais horários e zonas da Capital. Atualmente, muitas pessoas, empregados e estudantes, chegam atrasados nos seus locais de destino de manhã pela falta de cumprimento dos horários. (*Marcos A. A. de Rose*)

### Leitura

Nas escolas, públicas e particulares, deve ser incentivado o hábito de leitura. Com a Covid-19 afastando os alunos das salas de aula por quase dois anos, a leitura foi prejudicada, geralmente abandonada. Antes tínhamos leitura em voz alta nas salas de aula, ditados baseados em assuntos de livros e o aprendizado vinha ao natural. Mas isso ficou parado por muito tempo. Tem que recomendar logo. (*Mariana Gizelda Alonso, Porto Alegre*)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

## / ARTIGOS

### Metaverso na construção civil: futuro virtual

Maria Fernanda Beneli

O metaverso que constrói o mundo virtual de Snow Crash, livro de Neal Stephenson de 1992, é daqueles shows de ficção que enredam o leitor do começo ao fim. De alguma forma, a publicação parece cruzar mais tarde os caminhos dos jogadores de Second Life. No dia a dia, o universo bem combinado entre a realidade virtual e a realidade aumentada ainda carece de plena criação.

Porém, mais próximo de realidades produtivas, como as aplicadas à construção civil, o metaverso tem partido da necessidade - gestora de muitas soluções, especialmente no insólito cenário que atravessamos - em proporcionar ao consumidor um ambiente virtual imersivo na nova moradia.

As previsões e relatórios de tendências confirmam. Uma pesquisa divulgada pela consultoria e auditoria PwC projeta para 2030 cerca de 23,5 milhões de empregos que usarão a realidade aumentada e também a virtual. No caso da construção civil, isso está deixando de ser uma tendência há algum tempo... para se tornar rotina!

Entre os recursos aplicados às obras, a Modelagem da Informação da Construção (BIM, na sigla em inglês) merece destaque. Em linhas gerais, esta metodologia permite criar soluções digitais - também conhecidas como gêmeos digitais - manejando de forma coordenada toda a informação de um projeto de engenharia e arquitetura. A evolução dos projetos BIM propor-

ciona maior domínio sobre as atividades que serão executadas.

A pandemia acelerou a aplicabilidade do metaverso quando, por exemplo e por segurança sanitária, impediu-se a circulação de visitantes nos showrooms. Foi então que as plataformas digitais foram além, proporcionando uma experiência em visita virtual do apartamento.

Nesta nova realidade que possibilita a vivência presencial, o metaverso engatinha. Podemos - e vamos - aprimorar as tecnologias para integrar cada vez mais os ambientes físico e digital. Hoje, o desenvolvimento de ferramentas já permite que o futuro morador sugira modificações e interaja ainda mais com os responsáveis pela obra. Até onde essa experiência imersiva e personalizada poderá chegar?

A pandemia acelerou os processos de realidade virtual dentro da construção civil. E as construtoras e incorporadoras que mergulharam no ambiente digital estão rumando ao futuro que está no metaverso: do second life para o real life.

*Superintendente de marketing do Grupo A.Yoshii*

### Novas concessões de serviços públicos

Luciana Luso de Carvalho

É conhecida a escassez de recursos públicos para o atendimento pelo Estado das diversas e crescentes demandas da sociedade por serviços públicos de qualidade e soluções em infraestrutura. Por isso, a conjugação de forças entre o Estado e a iniciativa privada torna-se imprescindível.

Queremos a possibilidade de um ambiente de negócios adequado com atração de investimentos

Nesse quadro, quer para a captação de investimentos, quer para a fiscalização dos contratos, é preciso fortalecer a regulação, que abrange a normatização dos setores econômicos, fiscalização dos serviços públicos, regulação econômica, decisão

de conflitos, atendimento aos usuários e homologação de editais de concessão.

A Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs) foi a primeira agência reguladora instalada no País, atuando desde 1997.

A Agência regula importantes setores eco-

nômicos, que constituem também serviços públicos essenciais: rodovias, energia elétrica, transporte metropolitano, intermunicipal e hidroviário, gás canalizado, estações rodoviárias, saneamento básico e irrigação.

Eis alguns números: 288 contratos de saneamento, 237 empresas de transporte coletivo, 7 concessionárias e 13 permissionárias de distribuição de energia elétrica e 211 estações rodoviárias. Contudo, todo esse trabalho é feito por apenas 67 servidores efetivos, integrantes de carreiras de estado, que estão há 16 anos sem reajuste na remuneração, acarretando evasão permanente de servidores capacitados.

Não há razão financeira para essa política de desvalorização de suas carreiras. A Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul é integralmente custeada por receitas próprias, inclusive com superávit anual. É tempo de mudar esta situação!

Em benefício da população que paga pela regulação nas tarifas dos serviços públicos e tem direito a obter uma fiscalização eficiente desses serviços. E também para possibilitar um ambiente de negócios adequado e a atração de outros investimentos para o desenvolvimento do Estado.

*Presidente da Associação dos Servidores da Agergs*